

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº XXX/201X

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CANOAS - CANOASPREV, estabelecido em Canoas (RS), na Avenida Inconfidência, nº 817, inscrito no CNPJ sob nº 05.550.055/001-99, representado neste ato por sua Presidente **XXXXXXXXXXXX**.

CREDENCIADO - XXXXXXXXXXXX, estabelecido em XXXXX (XX), na Rua XXX, nº XXX, inscrito no CNPJ sob nº XX.XXX.XXX/XXX-XX, registro no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde nº. XXXXX, representado neste ato por XXXXX, brasileiro, CPF nº XXXXXXXXXXXX-XX residente e domiciliado em XXXXXX, doravante denominado simplesmente **CREDENCIADO**, têm entre si justas e acertadas as seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços Médicos - Hospitalares e Ambulatoriais pelo CREDENCIADO, aos beneficiários do CANOASPREV, em suas instalações, decorrentes de internações hospitalares, procedimentos ambulatoriais, serviços auxiliares de diagnóstico e tratamento (SADT), urgência/emergência, e demais serviços prestados pelo CREDENCIADO conforme **Lista de Serviços e Especialidades** (Anexo X).

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ATENDIMENTO AOS BENEFICIÁRIOS

O CREDENCIADO atenderá aos beneficiários do CANOASPREV, mediante:

- a) Para **consultas eletivas**, liberação via portal disponibilizado pelo CANOASPREV, mediante identificação do beneficiário de acordo com o parágrafo primeiro desta cláusula.
- b) Para **SADT**, liberação via portal disponibilizado pelo CANOASPREV, mediante identificação do beneficiário de acordo com o parágrafo primeiro desta cláusula e solicitação médica da rede credenciada.
- c) Para **procedimentos eletivos**, a apresentação de guia autorizada previamente pelo CANOASPREV, bem como a identificação do beneficiário de acordo com o parágrafo primeiro desta cláusula.

Parágrafo Primeiro - São consideradas beneficiárias, para fins deste contrato, as pessoas portadoras de documento de identidade e carteira de beneficiário emitida pelo CANOASPREV, que lhe ateste e comprove tal condição, cujo atendimento se der dentro do prazo de validade e nas condições especificadas na mesma.

Parágrafo Segundo - Toda prestação de serviço será regida pelos princípios de economicidade e resolutividade, bem como os previstos no Regulamento Administrativo e normas estabelecidas vigentes à época.

Parágrafo Terceiro - Será cobrado pelo CREDENCIADO, no ato do atendimento, o valor de 10% (dez por cento) relativo ao Fator Moderador, exceto nos casos de realização de procedimentos, internação, atendimento nas unidades de emergência sendo que:

- a) Para **SADT** o CANOASPREV pagará ao CREDENCIADO, referente aos serviços prestados, somente 90% do valor previsto na **Tabela De Parâmetros Remuneratórios** (Anexo I). Os 10% restantes serão pagos pelo beneficiário, devendo o CREDENCIADO efetivar a cobrança no ato do atendimento.
- b) Para **consultas eletivas**, O CANOASPREV pagará ao CREDENCIADO 90% do valor da consulta. Os 10% restantes serão pagos pelo beneficiário, devendo o CREDENCIADO efetivar a cobrança no ato do atendimento.
- c) Toda consulta dará direito a uma **reconsulta** para conclusão do tratamento conforme Resolução CFM nº 1.958/2010. Após a consulta será autorizada nova consulta com fator moderador de 50% (cinquenta por cento) pago no ato pelo beneficiário.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS AUTORIZAÇÕES PRÉVIAS

Será exigida autorização prévia nos seguintes casos:

- a) Para pacientes internados, todos os exames, materiais e medicamentos de alto custo necessitam de autorização prévia emitida pelo CANOASPREV.
- b) Para pacientes ambulatoriais, todos os exames de alto custo necessitam de autorização prévia emitida pelo CANOASPREV, exceto exames realizados na emergência onde o paciente corra risco de vida.

CLÁUSULA QUARTA – DAS INTERNAÇÕES E PRORROGAÇÕES

Para **Procedimentos e Internações, exceto Urgência e Emergência**, será necessária a autorização prévia do CANOASPREV, através das respectivas guias de autorização, contendo o procedimento, acomodações, dias autorizados bem como as exclusões de cobertura.

Parágrafo Primeiro - O CREDENCIADO, mediante o prazo final de internação autorizado, em caso de necessidade de prorrogação, deverá solicitá-la imediatamente ao CANOASPREV, o qual apreciará o pedido, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas a contar do recebimento da solicitação, encaminhando a resposta da respectiva prorrogação por meio de e-mail ou fax.

Parágrafo Segundo - Verificada a hipótese de indeferimento do pedido previsto no parágrafo anterior, o CREDENCIADO cobrará diretamente do paciente as despesas dos serviços prestados correspondentes ao período não autorizado, observados os preços e condições vigentes para os pacientes particulares.

Parágrafo Terceiro - O atendimento de beneficiário excluído do plano de assistência à saúde, mas que esteja de posse da carteira de beneficiário expedido pelo CANOASPREV, dentro do período de

validade, e cujo fato não tenha sido formalmente comunicado ao CREDENCIADO, será considerado normal, não cabendo qualquer glosa.

Parágrafo Quarto - No caso de necessidade de remoção, comprovada por solicitação médica, a despesa correspondente ocorrerá por conta do beneficiário ou do seu familiar, nos termos convencionados entre estes e o CREDENCIADO. Além disso, estão excluídos quaisquer serviços de natureza de assistência domiciliar, assim como atendimentos não reconhecidos pelo Conselho Federal de Medicina.

CLÁUSULA QUINTA – DAS INTERNAÇÕES DE URGÊNCIA/EMERGÊNCIA

Em caso de urgência e emergência o beneficiário poderá ser internado sem a guia de autorização, comprovando sua qualidade de beneficiário conforme Cláusula Segunda, Parágrafo Primeiro, devendo providenciar a respectiva **guia de internação ou autorização**, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas úteis, subsequentes ao atendimento prestado.

Parágrafo Único - Expirado o prazo aludido no *caput*, sem que o beneficiário tenha providenciado a respectiva **guia de internação ou autorização**, assumirá este, para todos os efeitos, a condição de paciente particular.

CLÁUSULA SEXTA – DAS ACOMODAÇÕES

Os beneficiários do CANOASPREV, bem como seus dependentes, serão internados em acomodações conforme relação que consta do Anexo VII que integra o presente contrato.

Parágrafo Primeiro - Quando não houver vaga nas acomodações ajustadas e autorizadas pelo CANOASPREV para internação, o CREDENCIADO fornecerá ao beneficiário, acomodação superior e temporária (conforme previsto no art. 33 da lei 9.656 de 03 de junho de 1998) até a disponibilidade de vaga na acomodação autorizada, quando então será transferido sem ônus para o CANOASPREV ou seu beneficiário.

Parágrafo Segundo - Na impossibilidade de dispor de acomodação, o CREDENCIADO deverá transferir o beneficiário para outra instituição da rede credenciada que disponibilize acomodação necessária para o atendimento.

Parágrafo Terceiro - Quando o beneficiário optar por acomodação superior à autorizada pelo CANOASPREV, o CREDENCIADO deverá cobrar as diferenças de preços do beneficiário, sem ônus adicional para o CANOASPREV.

Parágrafo Quarto - Eventuais gastos extraordinários, tais como refrigerantes, cigarros, jornais, revistas, telefonemas interurbanos, lavagem de roupas, refeições do acompanhante, cuidados *post mortem*,

formolização, embalsamento, dentre outros não relacionados com o tratamento, deverão ser cobrados diretamente do beneficiário.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PRIORIDADE DE ATENDIMENTO

Terão prioridade nos atendimentos as urgências ou emergências, assim como pessoas com mais de 65 (sessenta e cinco) anos de idade, gestantes, lactentes e crianças com até 05 (cinco) anos de idade, vedada a discriminação de qualquer natureza, ressalvada a prioridade quando da adoção de protocolos de ingresso de paciente para classificação do risco de morte em urgência/emergência.

CLÁUSULA OITAVA – DOS SERVIÇOS

Outros serviços não previstos na **Lista de Serviços e Especialidades** (Anexo XX) poderão ser incluídos de comum acordo entre as partes, ou mesmo excluídos os constantes, sempre em aditamento próprio assinado pelas partes.

Parágrafo Primeiro - No caso de incorporação de novos serviços (procedimentos, equipamentos), não constantes nas tabelas acordadas, o CANOASPREV deverá ser comunicado com antecedência mínima de 30 (trinta) dias para análise, constando codificação, denominação, qualificação e o preço para realização do procedimento.

Parágrafo Segundo - Na prestação de serviços será assegurado aos beneficiários do CANOASPREV o mesmo padrão de qualidade técnica dos serviços prestados aos demais beneficiários do CREDENCIADO, incluindo adequadas condições de atenção, conforto, higiene e biossegurança, sem nenhum custo adicional.

Parágrafo Terceiro - Os procedimentos e tratamentos não cobertos pelo CANOASPREV são aqueles indicados no Anexo VI que é parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA NONA – DA TERCEIRIZAÇÃO

Os exames complementares e procedimentos terapêuticos disponíveis aos beneficiários poderão ser realizados por serviços de apoio de diagnóstico e de tratamento próprios e prestadores credenciados do CANOASPREV.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA REMUNERAÇÃO

O CANOASPREV pagará ao CREDENCIADO pela prestação de serviços aos seus beneficiários (Honorários médicos, diárias, taxas, internação e SADT), os preços indicados na **Tabela de Parâmetros Remuneratórios** (Anexo I) e na **Tabela de Diárias e Taxas Globais** (Anexo II), integrantes deste contrato.

Parágrafo Primeiro - Para honorários médicos:

- a) Tratando-se de profissional não credenciado ao CANOASPREV, nas urgências, emergências e atendimentos eletivos desde que o paciente seja oriundo do ambulatório de consultas eletivas do hospital a cobrança deverá ser através de conta hospitalar.
- b) Tratando-se de Anestesiologista, o acerto será entre médico e paciente.
- c) Tratando-se de profissional credenciado, a cobrança deverá ser realizada diretamente ao CANOASPREV.

Parágrafo Segundo - Além do preço estipulado na **Tabela de Parâmetros Remuneratórios e na Tabela de Diárias e Taxas Globais**, o CANOASPREV pagará ao CREDENCIADO o valor correspondente aos medicamentos, materiais de consumo, materiais especiais e serviços médicos complementares utilizados ou realizados na prestação dos serviços, observadas as seguintes condições:

- a) as diárias são compostas, ou seja, contemplam todas as taxas hospitalares, abrangendo serviços, equipamentos e monitorizações. Além disso, as diárias serão contadas a partir do dia da internação e vencerão às 12 horas. A partir deste horário considera-se nova diária;
- b) em caso de óbito será cobrada a diária do dia do óbito;
- c) no valor cobrado para utilização de sala cirúrgica não estão incluídos os materiais, materiais de consumo descartáveis, medicamentos, bem como Serviços Auxiliares de Diagnóstico e Tratamento, que serão cobrados de acordo com as tabelas em Anexo e **Tabela de Parâmetros Remuneratórios** (Anexo I);
- d) os materiais e medicamentos necessários à execução dos procedimentos e exames complementares serão cobrados à parte, na forma estabelecida no presente contrato;
- e) os materiais e medicamentos serão utilizados conforme orientação técnica do fabricante com possibilidade de reutilização.
- f) ficam estabelecidos os critérios de cobrança contidos no Manual de Utilização de Serviços Hospitalares, editado pelo IACHS- Instituto de Administração Hospitalar e Ciência da Saúde, última edição.
- g) nos atendimentos ambulatoriais de urgência/emergência, sendo necessária a participação de especialistas, serão cobrados do CANOASPREV os honorários de cada profissional (especialista e plantonista).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS REAJUSTES

Os valores contratados para pagamento dos serviços prestados poderão ser reajustados durante a vigência do presente contrato, através de proposta submetida à apreciação do CANOASPREV, observada a disponibilidade financeira do mesmo e valores praticados no mercado, não podendo ultrapassar os índices oficiais ou quaisquer outros que venham a ser determinados pelo Governo Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FATURAMENTO

Todos os serviços prestados em razão deste contrato deverão ser cobrados pelo CREDENCIADO através de emissão de faturas próprias mediante contas e/ou autorizações de serviços e demais recibos e documentos correspondentes aos atendimentos prestados, que deverão ser entregues ao CANOASPREV, logo após a prestação dos mesmos, até o quinto dia útil do mês subsequente com a observância das disposições adiante estabelecidas.

Parágrafo Único - O CREDENCIADO procederá à cobrança dos valores que lhes sejam devidos pelo CANOASPREV da seguinte forma:

- a) quando os beneficiários do CANOASPREV estiverem internados, os valores devidos serão incluídos na conta hospitalar;
- b) quando os serviços forem prestados em nível ambulatorial, a fatura será individualizada contendo a descrição do serviço;
- c) o boletim de atendimento terá validade de 24 horas, caso o paciente necessite retornar pela mesma patologia;
- d) caso ocorra retorno da primeira consulta para avaliação de exames complementares ou prescrição terapêutica, não será cobrada nova consulta, conforme previsão da Resolução CFM nº 1.958/2010;
- e) O CREDENCIADO se reserva o direito de apresentar contas parciais, nos casos de permanência de internação superior a 15 (quinze) dias;
- f) Os documentos a serem fornecidos pelo CREDENCIADO, quando da apresentação da fatura hospitalar, serão os padronizados por esta, através de sistema informatizado;
- g) Nos atendimentos ambulatoriais de urgência/emergência, não serão utilizadas guias do CANOASPREV, somente Boletim de Atendimento do hospital;
- h) Para efeito de Auditoria Médica do CANOASPREV, será encaminhada a conta analítica, prescrições, solicitações de exame, notas de sala, descrição cirúrgica e folha de anestesia.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

É assegurado ao CANOASPREV o direito a auditar a prestação dos serviços ora contratados, ressalvada a observância dos princípios do Código de Ética Médica, urbanidade, respeito às resoluções emanadas pelo Conselho Federal e Regional de Medicina, legislação em vigor, bem como dos estatutos e regimentos internos. O CANOASPREV deverá comunicar, por escrito, qual será a empresa ou profissional responsável por esta função, cabendo ao CREDENCIADO expressar sua anuência, sendo que no caso da auditoria técnica, a mesma só poderá ser exercida por um profissional médico, nas dependências do hospital.

Parágrafo Único - Para efeito de auditoria médica do CANOASPREV, estarão disponíveis nas dependências do CREDENCIADO, os documentos contidos no prontuário assistencial, podendo ser manuseados por profissionais devidamente cadastrados e habilitados, preservando a ética, o sigilo profissional e a privacidade dos pacientes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS GLOSAS

Toda e qualquer discordância quanto à fatura apresentada deverá ser encaminhada ao CREDENCIADO por escrito, de forma discriminada e justificada, através de um relatório em até 15 (quinze) dias anteriores ao vencimento e o CREDENCIADO terá o prazo de até 05 (cinco) dias do recebimento do relatório de glosa para apresentar o recurso.

Parágrafo Único - Ocorrendo divergências em relação aos débitos referidos no caput, fica estabelecido o pagamento dos valores aceitos na data do vencimento. O eventual saldo da fatura, se considerado correto pela revisão técnica, deverá ser pago após a apresentação das justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

O CANOASPREV obriga-se a efetuar o pagamento das faturas no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos a contar da entrega das mesmas pelo CREDENCIADO. O pagamento dar-se-á por depósito em conta corrente especificada pelo CREDENCIADO, segundo sua própria conveniência, mediante apresentação de nota fiscal após a solicitação do CANOASPREV.

Parágrafo Único - O atendimento poderá ser suspenso, pelo CREDENCIADO caso não haja pagamento da data contratada, devendo comunicar o CANOASPREV por escrito previamente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS CONCESSÕES

Quaisquer tolerâncias ou concessões entre as partes, quando não manifestadas por escrito, não constituirão precedentes invocáveis e não terão a virtude de alterar obrigações estipuladas neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA RESCISÃO

Qualquer das partes poderá denunciá-lo, desde que notifique a outra, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

As partes obrigam-se a informar uma à outra, toda e qualquer alteração societária ou estatutária ocorrida na empresa, bem como qualquer fato que possa afetar o presente contrato.

Qualquer alteração no presente instrumento deverá obrigatoriamente ser submetida aos representantes legais dos CANOASPREV, através de aditivos devidamente formalizados.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato é celebrado pelo prazo de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogável por igual e necessário período em até 60 (sessenta) meses a partir da sua assinatura.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS OBRIGAÇÕES

A inobservância de qualquer cláusula, condição ou obrigação oriunda deste contrato implicará na sua imediata resolução de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, devendo o CREDENCIADO assegurar a continuidade dos tratamentos iniciados, independente do tempo de duração, e o CANOASPREV ficará responsável pelo pagamento das despesas contraídas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

Ficam estabelecidas como penalidades a advertência e suspensão dos serviços que compõe o presente contrato, caso não sejam cumpridas as cláusulas ora assumidas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DAS NOTIFICAÇÕES

Toda e qualquer notificação ou aviso endereçado de parte a parte poderá ser efetuado por qualquer forma clara e inequívoca de cientificação, exemplificativamente, entrega pessoal, correio, e-mail, notificação extrajudicial e judicial.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA RESPONSABILIDADE

Ressalvam as partes a sua absoluta autonomia e independência financeira, jurídica, administrativa e técnica, sem qualquer vinculação ou solidariedade passiva de natureza civil, tributária ou trabalhista.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DA DIVULGAÇÃO

As partes dão-se mútua autorização para divulgação em suas listagens, material publicitário, etc., da celebração do presente contrato.

Parágrafo Primeiro - O CANOASPREV deverá divulgar o nome do CREDENCIADO em seu Guia Informativo e Site para os fins do presente contrato, informando os serviços contratados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DOS DOCUMENTOS ANEXOS

Integram o presente contrato, na forma de ANEXOS, os seguintes documentos:

- a) Tabela de Parâmetros Remuneratórios (Anexo I);
- b) Tabela de Diárias e Taxas Globais (Anexo II);
- c) Instruções sobre Tabela de Diárias e Taxas – Preços Globais Hospitalares (Anexo III);
- d) Tabela de Materiais Hospitalares com Possibilidade de Reutilização (Anexo IV);
- e) Tabela Materiais Hospitalares Não Passíveis de Cobrança/Pagamento (Anexo V);
- f) Procedimentos e Exames de Diagnóstico e Tratamento Não Cobertos pelo CANOASPREV (Anexo VI);
- g) Acomodações Hospitalares (Anexo VII);

- h) Modelo – Declaração de Fator Moderador Hospitalar (Anexo VIII);
- i) Formulário de Pedido de OPME (Anexo IX)
- j) Lista de Serviços e Especialidades (fornecido pelo prestador de serviços) (Anexo X).

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Canoas para dirimir eventuais conflitos decorrentes do presente instrumento.

Assim, por estarem certos e ajustados firmam as partes o presente instrumento, na presença de duas testemunhas e em três vias de igual teor e forma, a fim de que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Canoas, XX de XXXX de 201X.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Presidente do CANOASPREV

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Diretor de Assistência

XXXXXXXXXXXX
Credenciado